

Organização

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

**ANAIS XVI COLÓQUIO HABERMAS E  
VII COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO  
ESFERA PÚBLICA EM TEMPOS DE INTERNET**

Rio de Janeiro

**SALUTE**

2021

© 2014 EDITORA Salute



Este trabalho está licenciado sob a Licença Atribuição-Não Comercial 3.0 Brasil da Creative Commons. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/bync/3.0/br> ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

C719c

Colóquio Habermas e VII Colóquio Filosofia da Informação (16.: 2020: Rio de Janeiro).

Anais do 16º Colóquio Habermas e 7º Colóquio de Filosofia da Informação / 16º Colóquio Habermas e 7º Colóquio de Filosofia da Informação, 17-19 novembro 2020, Rio de Janeiro, Brasil; organizado por Clóvis Ricardo Montenegro de Lima. Rio de Janeiro: Salute, 2021.

480 p.

ISBN: 978-65-89784-00-5

1. Habermas, Jurgen. I. Lima, Clóvis Ricardo Montenegro de, Org.  
II. Título.

CDD 193 (22. ed.)

Ficha catalográfica elaborada por Andreza dos Santos CRB14/866

Editoração e capa: Andreza dos Santos

Publicado no Brasil – 2021.

## UMA REFLEXÃO SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA DA ATENÇÃO

Jackson da Silva Medeiros<sup>1</sup>Verônica Barboza Scartassini<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho se enquadra em uma reflexão sobre o político que é desencadeado pela economia da atenção em plataformas digitais de comunicação. Nessa toada, aparatos técnicos e tecnológicos foram desenvolvidos potencializando a ação do neoliberalismo no cotidiano. Assim, tecemos uma reflexão, a partir de uma construção teórica, sobre a economia política da atenção na modulação de fluxos informacionais em plataformas digitais e na constituição dos sujeitos. O trabalho toma a ideia foucaultiana de dispositivo e compreende que essas plataformas funcionam como tal, potencializando discursos e ações neoliberais no contexto político, colocando em xeque a condição de olhar o outro a partir de hiperfluxos de informação.

**Palavras-chave:** Economia política da atenção. Subjetividade. Neoliberalismo. Algoritmo.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2014 o Facebook conduziu um experimento, sem consentimento explícito, com aproximadamente 700 mil usuários. Estes eram divididos em dois grupos que recebiam, ao mesmo tempo, interfaces e ferramentas diferenciadas da plataforma, a qual coletava os dados referentes às reações positivas e negativas; melhor dizendo, o comportamento positivo ou negativo era coletado, armazenado e manipulado. Como Luke Stark (2018) menciona, a partir de estudo conduzido pela experiência do Facebook em testes com usuários, chamado de “contágio emocional”, pôde-se perceber que a negatividade exposta em plataformas digitais pode levar um sujeito a não utilizar a plataforma. Os desafios e impactos desse tipo de experimento serão sentidos ao longo dos próximos anos, das próximas décadas, com reflexos sociais, políticos, econômicos, nas relações internacionais etc.

Este trabalho não se enquadra em uma consideração da política ou da economia em si, mas, sim, em uma reflexão sobre o político que é desencadeado pela economia da atenção em plataformas digitais de comunicação. É um levantar inicial, uma provocação de elementos sobre o seu nível ontológico, aquilo que Chantal

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Comunicação e Informação/UFRGS. E-mail: jmedeiros@ufrgs.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Ciência da Informação/UFF. Mestra em Comunicação e Informação/UFRGS. E-mail: veronicascartassini@gmail.com.

Mouffe (2015, p. 8) entendeu como “a dimensão do antagonismo [...] constitutiva das sociedades humanas”. Isso é particularmente importante porque mostra a necessidade vívida da sociedade em ver o outro, onde a existência de um está condicionada à existência do outro; a aniquilação do outro, visto como adversário, não traz soluções, mas, apenas, empreende o sujeito sem destino.

Além do mais, permite estudar, compreender e analisar, sempre em parte, a construção de subjetividades que, parecem-nos, aceleram um despertar neoliberal que trabalha em constante manutenção dos seus atos em rumo perpétuo. O que intentamos é uma exploração analítica dos efeitos, um olhar sobre a construção e manutenção de sistemas simbólicos que emergem pela discursividade do neoliberalismo enquanto construto político, principalmente quando guiados a partir de plataformas digitais de comunicação onde petabytes de informação circulam e recebem tratamento por parte de empresas privadas e Estados. Em tempos atuais, nossa perspectiva é compreender este alicerce de pensamento. Ainda que o trabalho não pretenda ser exaustivo, mas tomado por ensejos para reflexões, como ponderamos no título, cremos que pode trazer a lume desdobramentos teóricos que possibilitem compreender os efeitos da disseminação de um discurso neoliberal que se utiliza desses dispositivos para instaurar uma economia política da atenção.

## **2 DA CONSTRUÇÃO POLÍTICO-NEOLIBERAL**

Nietzsche (2015) é criterioso em sua perspectiva política sobre a razão e sua materialização no Estado. Entende que este ente ordenador é em essência totalitário, pois, ao centralizar em si como a realidade deve ser, impõe coerções que cerceiam paixões, desejos; opõe-se, assim, à tese rousseuniana de ordenamento pelo contrato social. Isso desemboca, ainda segundo o filósofo, em uma vontade de poder, oriunda da condição humana.

Podemos dizer, simplisticamente, que o Estado Moderno está ocupado com a centralização da atividade administrativa amplo senso, gerenciando território, população e poder e que isso institui ordens relativas ao capital, ao trabalho e à soberania/legitimidade. Envolve, ainda, os processos de socialização, aprendizado contínuo de valores, normas e hábitos que possibilitam ajustes aos costumes da sociedade e que compreende o sujeito como membro desta. Isso confere identidade,

isto é, um agregado de elementos culturais e políticos que são dispostos e possibilitam compreensão dos próprios sujeitos e, por consequência, do Estado. Esse contexto trava disputas entre o que é visível e assimilável e o que é invisível e deve ser despercebido.

Falar de Estado é, na modernidade, trazer diversas questões à baila. Queremos ressaltar aqui apenas uma, a econômica. Em um recorte, podemos pensar a partir de John Maynard Keynes, o qual passa a ser a sustentação das políticas econômicas após a crise de 1929 e, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. As ideias keynesianas aproveitaram o momento de maior instabilidade do capitalismo, indicando o que seriam suas causas e realizando proposições para sair da crise. Suas ideias se fundaram, basicamente, no esgotamento do liberalismo e recolocaram o Estado como agente efetivamente participativo no ideário econômico, criando o *welfare state*, promovendo “uma economia baseada no tripé Estado/Capital/Trabalho [... uma] combinação entre capitalismo e democracia, antes não contemplada no ideário do Estado” (SILVA; SOUZA, 2010).

Nas décadas de 1960 e 1970, com o aumento do desemprego e da inflação mundial, desequilíbrios fiscais, queda de arrecadação de impostos e crise do petróleo, as receitas que suportavam os custos sociais assumidos pelo *welfare state* despencaram, acarretando a falência dessa política econômica (HARVEY, 2008). Nesse fundo, entre posições políticas e econômicas, sobressai a ideia conservadora do liberalismo clássico, alinhando a perspectiva neoliberal.

Ainda que se tenha problemas com uma definição, o neoliberalismo apresenta, segundo Andrade (2019, p. 112), duas explicações: uma diz respeito a “uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a mercadorização, dando origem a formas de ‘acumulação por espoliação’”, através da “expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista”; outra pensa o fenômeno da “*economization*”, explicado pela “promoção não apenas da expansão dos mercados *per se*, mas do modelo de mercado, com a difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida fora do mercado”.

Dardot e Laval (2016) deixam claro que a instauração neoliberal se concentra para além da análise que o próprio Karl Marx fez em relação ao capitalismo. Enquanto Marx observava a relação de dominação pelo capital, existe a dominação extra-capital, através de coerção e onde a mudança pode ocorrer através das palavras e das coisas. Mesmo que isso seja um processo complicado, devido ao complexo econômico que interfere na ordem política, “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Parece-nos claro que, mesmo tratando de uma expressão econômica, esta questão é apenas um elemento da rede, onde, na verdade, sua sustentação é discursiva.

Pensando assim, a sistemática de crises econômicas pode ser compreendida como uma espécie de fomento ao próprio neoliberalismo, instituindo-se com a construção do sujeito empreendedor, onde as crises nunca são sanadas. Como um software, sempre apresentam bugs em suas novas versões, além de características bem estabelecidas, afirma Peck (2010). Ou seja, novas versões devem ser propostas, instauradas e novos bugs ocorrerão, sempre dando a possibilidade ao “desenvolvedor” de novos traços, ampliações, correções etc. Dessa forma, o neoliberalismo se mostra capaz de se colocar no mundo através de relações de poder que, por vezes, são visualizadas, mas também atuam através de processos políticos que mantêm estratégias e formas de espraiamento invisibilizados.

Como mostra Guilbert (2020, p. 27-28), “a tópica neoliberal essencial [...] continua sendo a ‘eficácia’: diretamente ligada ao papel hegemônico dos matemáticos na economia, ela reativa ‘a busca individual, e sem restrição, pelo lucro’, da doutrina liberal, e se traduz concretamente por uma exigência de rentabilidade a curto prazo que produz efeitos sociais e ecológicos diretos.”. Isso leva, ainda citando Guilbert, a um deslocamento que é realizado da esfera econômica para as esferas social, política, midiática etc., explorando as razões discursivamente construídas naquela para imposições nestas.

Essa construção do neoliberalismo em posição política já foi mostrada de maneira singular por Michel Foucault, permitindo que a coloquemos não apenas na ordem do capital, na ordem econômica, mas na ordem do discurso, atuando, por exemplo, através do marketing. Está também na ação do/sobre corpo e da mente,

fabricando um sujeito que se considera e é considerado empreendedor de si mesmo, um sujeito em constante projeto concorrente com outros projetos, em um mundo onde isso é incentivado.

Aqui nos orientamos, então, pela busca de sentido, aquilo que materializa nossas relações sociais e que muitas vezes delegamos ao outro, naquilo que projetamos ou, ainda, naquilo que nos falta. Já que o outro não é, hoje, fisicamente acessível, não está presente no “corpo a corpo”, mas está materialmente colocado nas mídias – principalmente as chamadas sociais – produtoras e ecoantes, por atuação de algoritmos, de discursos potentes que circulam por dispositivos estrategizados.

Dispositivo é uma noção foucaultiana que compreende a resposta à uma urgência, constituindo-se como aparato político, indispensável, diríamos, àqueles que detêm o poder de instaurar o próprio dispositivo, possibilitando respostas a contingências espaço-temporais. Isso permite, por parte do dispositivo, funções estratégicas de estabilização do dito e do não-dito, da verdade, excluindo o contraditório, o outro, o adversário. É uma manipulação das relações de força que agem através do discurso (político) (FOUCAULT, 2012).

Ou seja, os dispositivos se organizam em seu próprio regime, como aponta Deleuze (1990), como se mostram, como se escondem, como se organizam na criação, distribuição, enfim, no gerenciamento de suas próprias forças. As linhas de fuga se aproveitam do próprio desequilíbrio que criam; as crises criadas são automaticamente sustentadas por um discurso retroalimentado que não se fecha e acaba deslocando categorias que antes (poderiam) estar estabilizadas.

O sentido desperto do dispositivo é, assim, a seleção, o agrupamento e a disseminação de potenciais conjuntos informacionais capazes de estatuir latentes ações de informação tomadas como verdadeiras. [...] As ações que são instauradas pelos dispositivos não podem ser consideradas ao acaso, por eventualidades, mas devem ser pensadas pela razão justificada do regime de verdade. Constituir uma nova ordem das coisas é criar um novo regime que esteja validado e reconhecido pelo regime atual. Há de se passar por uma alteração de sentidos daqueles que cercam o regime para que o novo seja o atual. (MEDEIROS, 2017, p. 167).

Podemos pensar o discurso, envolto por/de dispositivos, como uma potência de persuasão ideológica que dispõe uma série de elementos, aparatos, mecanismos atuantes sobre a condição de corpo e mente daqueles que devem aceitar uma

imposição simbólica. O discurso neoliberal se utiliza muito bem dessa premissa comprometendo os sujeitos à sua visão de mundo, inclusive, quando preciso, escondendo-a. O mundo passa a se constituir em uma visão (a ser) compartilhada, onde as práticas neoliberais atuam naturalizadas.

Vemos aqui um processo na naturalização do acontecimento, onde o discurso que descreve, ou melhor, fabrica o acontecimento age como fundante, inquestionável, o “sempre foi assim” e que deve ser conservado, quando, no entanto, é moldado pelas práticas políticas que constroem o que entendemos por social. Ocorre o que Guilbert (2020) chama de manipulação dos quadros primários, excluindo as possibilidades outras, deixando à vista apenas os enquadramentos naturais, evidenciando-os como certos, neutros e inevitáveis.

Guilbert (2020) lembra algo importante: o lugar e potência das emoções. Estas são responsáveis pela adesão às ideias que são discursivamente possibilitadas. Mouffe (2015) também lembra isso quando, ao buscar fundamentação em Canetti, fala da relevância do reconhecimento da paixão como questão fundamental do político. Embora os autores não aprofundem a questão, isso é ainda mais visível quando se nota a instabilidade, como relata a autora, da fronteira entre o social e o político, implicando – pela própria característica da instabilidade – uma necessidade de excluir. Assim, o poder mobilizador, partilhado e evidente do discurso se coloca como intransponível para aquele que é afetado, compondo a sua realidade. Ou seja, falamos de um tipo de mascaramento do aparato ideológico, apresentando-o como racional.

Nesse sentido está próximo àquilo que Bourdieu compreendeu como *habitus*, isto é, uma incorporação dos discursos dominantes que vão (con)formando sujeitos e relações sociais a partir da aprendizagem com a capacidade de coordenar as ações humanas e gerencia-las sem que haja imposição explícita. Isso abre um grande campo, o próprio corpo, o próprio sujeito, como espaços de disposições.

Mas devemos atenção ao alerta de Chantal Mouffe (2015). Para a teórica política, são falsas as premissas de um mundo onde é superada a condição *nós x eles*. No entanto, parece-nos que seu complemento, dado pela autora, não condiz com a condição discursiva desses elementos. Ela segue: “[...] aqueles que compartilham essa visão certamente não compreendem a verdadeira tarefa que a política democrática tem diante de si.”



O que colocamos aqui, alinhados a autores como Foucault, Deleuze e Han, para ficar em apenas alguns, não diz respeito a uma “não compreensão” do efeito político dessa assimilação de um consenso, mas de uma estratégia sobre o político que coloca o pensamento em lugar errado, colocando o positivo, o fluxo contínuo como uma esfera da condição de existência.

Ora, se, como observa Mouffe (2015), uma relação agonística permite compreender as contingências sempre precárias de um sistema político-econômico, é sempre importante destacar que isso leva, a partir dessa compreensão, a uma luta de resistência entre adversários que têm suas existências na compreensão do outro. Assim sendo, tudo se torna uma sociedade politicamente instituída, destituída de neutralidade; o acontecimento é, ao lado de Foucault, fruto de práticas hegemônicas anteriores.

Entendemos que essas sistematizações apenas levantadas, atualmente habitam o contexto digital de maneira extremamente potente. Suas linhas de fuga estão cada vez mais curtas e rápidas, principalmente ao observarmos que a comunicação que se desloca pelas mídias sociais opera pela fluidez, pela sistematização de elementos contínuos e que se relacionam ao positivo e que se posiciona ao lado da economia de atenção.

### **3 INFORMAÇÃO, TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E ECONOMIA DA ATENÇÃO**

Parece que atualmente a informação precisa manter dois elementos básicos e imbricados para fazer sentido para os sujeitos: em primeiro lugar, deve ser atrativa, perceptível, até mesmo chocante. Em diversos casos manchetes assumem, para um público ávido e acostumado à rapidez dos portais de notícias e, principalmente, das mídias sociais, o caráter da própria notícia. A leitura da manchete que produz sentido por si só, desencadeia uma onda avassaladora que obriga portais de notícias a explicar que, além de erros de redação jornalística, a ideia do título/manchete era chamar a merecida atenção para um caso. Quem se importaria com o conteúdo se o título é chocante?

O outro elemento é o sentimento. Este, diretamente ligado ao primeiro, se conduz pela melhor maneira de fazer com que alguém tenha uma espécie de empatia

com a informação. Para que isso seja minuciosamente feito, nada mais justo que não iniciar pela informação propriamente dita, mas com a pergunta “o que o sujeito x quer saber?”. Para entender o que “x” gosta de ler, ouvir, sentir, o que mais o/a toca, uma boa maneira é coletar informações vindas desse sujeito. Nada melhor que um ambiente controlado como a internet, em especial as plataformas digitais de comunicação, para que isso ocorra.

Participar de um conjunto de redes e mídias de fotos, vídeos e textos de todos os tipos faz com que elementos de subjetividade saltem aos olhos e possam ser consumidos, mediados por essas tecnologias, constituindo o modo de ser e estar. Estar conectado à uma rede, à uma plataforma há muito não se mostra mais um ambiente distante, virtualizado, separado daquilo que era dado como real, garantindo a separação do on-line e do off-line. Na realidade, tudo isso se dá na constituição daquilo que Luciano Floridi chamou de onlife (2015).

Os corpos, as ações, as relações estão lá e aqui, presentes, materiais, deslocam-se em *smartphones*, *smartwatches*, computadores, tablets, nas redes que alimentam e se alimentam de interação constante, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ainda que o consumo se dê de maneira privada, subverte a oferta, agindo como um produto de conduta positivada, o tempo todo.

Além disso, o fomento advém daquilo que Han (2018) chamou de sociedade da transparência, isto é, necessidade de exposição de tudo e de todos/as, com a difícil tarefa de compreender a esfera privada e pública. Para Han, o privado deixa de existir, tudo deve ser exposto, explorado, convertido em positividade, em produto e em consumo. Aqui está o prazer. A informação é, por esse viés, pornográfica.

Dessa forma, os corpos, as mentes sofrem processos de subjetivação que desencadeiam o consumo não só de bens físicos; estes seriam a última forma de consumo. Sofre-se pressão e processos de articulação para que o consumo seja informacional. Esse consumo é discursivamente criado para que funcione com a maior precisão com intuito persuasivo, tornando o ser um efeito dos discursos mais variados. O consumo de informação, ainda que possa depender do tipo de rede propriamente dita – algumas específicas para fotos, outras para vídeos, outras para texto etc. – compreende o enxergar o ‘eu’ no outro, em querer, no desejo.

Falamos aqui de instauração de desejos que se baseiam em algoritmos, códigos que, por definição, compreendem o quê e como algo deve ser realizado,

instruções lógicas encadeadas para tomada de decisões controladas sobre como procedimentos devem acontecer (KOWALSKI, 1979). Isso atua como predições que condicionam desde sistemas de recomendação que parecem “adivinhar” objetos relacionados àquilo que gostamos, ou, ainda, fazer-nos pensar sobre nosso interesse em algo que nunca antes tínhamos imaginado.

As plataformas digitais de comunicação se colocam, dessa maneira, como estruturas de vigilância; vigilância do comportamento, de uma sociedade disciplinar, biopolítica, de controle, de cansaço, para nomear Foucault, Deleuze e Han. Mas mais do que isso, mais do que aglomerados societários politicamente delimitados e vigiados, estamos envoltos em ciclos de informação que comportam um silencioso e alargado espaço de controle através de coleta, armazenamento e manipulação do que nem percebemos, agindo, inclusive, de maneira simbólica. A economia da atenção se reveste de preceitos neoliberais, aqueles mesmos que a criaram, onde existe desequilíbrio entre o que há de informação disponível na rede e aquilo que é humanamente processável. Pelo contrário, há uma extrapolação desse sentido.

O sujeito é transformado em experiência. Não apenas experiência enquanto constituidora do sujeito, da sua formação, de sua compreensão de mundo, da sua socialização, mas, sim, é experienciado enquanto objeto para que seja possível mapear seus hábitos, seus comportamentos. Somos, a partir do nosso comportamento mapeado, o insumo e o produto, colocados como aquilo que Deleuze (1992) nomeou de individuais, a digitalização de nossos gostos, retroalimentando-nos com esse objeto mercantilizado de nossa própria atenção e de nosso tempo de navegação com o objetivo de estimular, racionalizar e controlar a atenção (CRUZ, 2016).

Estamos falando, em termos gerais, de uma gestão realizada por algoritmos que são capazes de coletar, armazenar e manipular dados sobre as condições, preferências de uso de plataformas, bem como agir sobre esses dados para que os ambientes sejam propícios à contínua utilização por parte dos sujeitos. O tempo em que um sujeito fica logado na plataforma permite o controle das suas ações, daquilo que ele vê, ou melhor, daquilo que consome enquanto informação, enquanto conhecimento, enquanto posições de vida, enquanto informação para tomada de decisão: desde o tipo de jogo que irá acessar até mesmo a posição política que assume baseada em... informação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES SEMPRE EM ABERTO

Somos constantemente incentivados, movidos a algo que nos precede (Foucault), a algo internamente instaurado (Bourdieu) ou a algo já assumido sem disposições externas, mas controlado por agenciamentos motivacionais internos (Byung-Chul Han). Esses processos nos fazem empreendedores de nós mesmos, buscadores constantes do alcançar um fluxo que não é mais do mundo globalizado, neoliberal, mas é nosso. As plataformas digitais de comunicação acentuam esse processo, com uma coleta de dados como nunca, instaurando sentimentos de positividade, onde a negação seria o contrário daquilo que é requisitado a nós.

Pelo que foi brevemente levantado, associamo-nos à Byung-Chul Han para declarar a necessária autoimposição de negatividade, uma negação impositiva do pró-ativismo neoliberal, permitindo que esta negatividade altere o estado da positividade, do hiperfluxo. A orientação deve agir contra os estímulos constantes e intrusivos, percebendo a positividade e permitindo sua superação (HAN, 2015).

Ao tentar um fechamento, é importante recuperar uma passagem escrita por Marshall McLuhan no trabalho “Os meios de comunicação como extensões do homem”, de 1964 (p. 88-89): “Poucos direitos nos restam a partir do momento em que submetemos nossos sistemas nervoso e sensorial à manipulação particular daqueles que procuram lucrar arrendando nossos olhos, ouvidos e nervos. Alugar nossos olhos, ouvidos e nervos para os interesses particulares é o mesmo que transferir a conversação comum para uma empresa particular ou dar a atmosfera terrestre em monopólio a uma companhia.”.

Ao assumir o que as criam, as mídias sociais se colocam como canais neoliberais, de produção de subjetividade empreendedora, de comunicação em fluxo constante, sem parar, excluindo o antagônico. Ao fazer isso, exclui qualquer possibilidade do negativo, pois o próprio negativo não entra na discussão, no debate; ficam apenas fluxos considerados normais, pouco questionados, que escalam a compreensão sobre o sujeito, possibilitando jogar com seu eu empreendedor em um jogo constante de atenção. É importante, por isso, pensarmos as estruturas de comunicação em ambiente digital em prol de um futuro democrático e da própria espécie para além daquilo que o neoliberalismo e seus dispositivos buscam implantar.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 109-135, jan./abr. 2019.
- BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- CRUZ, L. R. Os novos modelos de negócio da música digital e a economia da atenção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 109, maio 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? *In*: DELEUZE, G. **Foucault, Michel**. Barcelona: Gedisa, 1990.
- FLORIDI, L. The onlife manifesto. *In*: FLORIDI, L. (Ed.) **The onlife manifesto**: being human in a hyperconnected era. London: Springer, 2015.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.
- HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, Vozes, 2015.
- HAN, B.-C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix: 1969. [versão original de 1964]
- MEDEIROS, J. S. Compreensões sobre o dispositivo: da informação à via para profanação. **Informação & Informação**, v. 22, n. 3, p. 158-177, set./out. 2017.
- MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.
- PECK, J. Zombie neoliberalism and the ambidextrous state. **Theoretical Criminology**, v. 14, n. 1, p. 104-110, 2010.

RASMUSSEN, N. V. Data, camera, action: how algorithms are shaking up european screen production. **Proceedings...** The 21st Annual Conference of the Association of Internet Researchers; Virtual Event; 27-31 October, 2020.

RAUSTIALA, K.; SPRIGMAN, C. J. The Second Digital Disruption: Streaming and the Dawn of Data-Driven Creativity. **New York University Law Review**, v. 94, n. 6, dec. 2019.

SILVA, L. X.; SOUZA, M. Estado e políticas públicas: visões liberal, marxista e keynesiana do moderno estado capitalista. *In*: SILVA, L. X. (org.). **Estado e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

STARK, L. Algorithmic psychometrics and the scalable subject. **Social Studies of Science**, v. 48, n. 2, p. 204-231, 2018.